

ACESSIBILIDADE EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO E CULTURA: UM ESTUDO NA FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA (FUNESC)

Edson da Silva
Bacharel em Biblioteconomia
edsonufpb2010@gmail.com

Izabel França de Lima
Doutora em Ciência da Informação
DCI/PPGCI/UFPB
belbib@gmail.com

Artigo recebido em: 08/07/16
Aceito em: 20/08/16

Resumo

Avalia a acessibilidade na Fundação Espaço Cultural (FUNESC) considerando as adaptações feitas na infraestrutura dos diversos setores da FUNESC para atender às pessoas com necessidades especiais. Analisa as opções de acessibilidade disponibilizadas nos espaços físicos da FUNESC para os usuários com alguma deficiência e investiga se a padronização dos setores atende à Norma 9050 da ABNT e às diretrizes da Lei 5.226/2004. Objetiva verificar a acessibilidade da FUNESC nos aspectos físicos com base na lista de condições de acessibilidade da Comissão de Acessibilidade do CREA-SC. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa. Como procedimento, observam-se os avanços alcançados no âmbito da acessibilidade e apresenta o passo a passo de alguns setores da referida Fundação, o que é oferecido sobre o acesso aos principais ambientes de cultura e informação e as adaptações para receber pessoas com necessidades especiais. Como abordagem teórica, apresenta o conceito de deficiência e as características de pessoas com alguma limitação. Evidencia que no contexto dos direitos das pessoas que necessitam dessas adaptações, ainda há muito a se conquistar. Constata que a instituição ainda apresenta barreiras que dificultam a acessibilidade. Propõe algumas mudanças necessárias para melhorar a acessibilidade e ressalta a importância dos resultados, no que se refere aos setores já adaptados e às melhorias que se almejam quanto a acessibilidade da FUNESC.

Palavras-chave: Acessibilidade. Ambiente Cultural. Fundação Espaço Cultural –FUNESC – João Pessoa/PB. Unidade informacional.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala de acessibilidade, pode ser observado que já foi dado um grande

passo no que se refere às conquistas que norteiam esse assunto. Sobre a questão de acessibilidade e igualdade de direitos a

Constituição Federal (CF), em seu Artigo. 5º, preconiza:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa Constituição (Artigo 5º, inciso I, da CF/88. BRASIL,1990).

Este trabalho traz uma abordagem sobre os avanços e as conquistas que são necessários para melhorar o acesso das pessoas com deficiência ao Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC) um órgão cuja finalidade é de levar cultura e informação ao seu público-alvo. Quando pensamos em fazer este levantamento, de imediato, foi observada a acessibilidade nos principais setores da FUNESC: Biblioteca, Museu, Teatro, Planetário e a Escola de Música que, por sua vez, conta também com uma Escola Especial de Música, que atende a um público de pessoas portadoras de alguma deficiência.

Assim, diante do exposto, nossa motivação foi observar o acesso das pessoas que usam a referida Fundação e conhecer um pouco sobre a estrutura dos seus setores e a formação de seus profissionais no que se refere ao atendimento ao público com deficiência.

Sobre a acessibilidade, Silva e De La Rue (2015) afirmam que as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência, em seu dia a dia, podem interferir em seu desenvolvimento e causar exclusão social. Pensando assim, esse levantamento foi feito na Funesc, explorando os seus setores, ouvindo os usuários e os profissionais envolvidos. Vimos, então, que o prédio onde funciona a Fundação

conta com esses vários espaços de cultura, uma praça para grandes eventos, dois mezaninos – em um deles, funciona a Administração. Nesses mezaninos, existem rampas que até agilizam a circulação de cadeirantes e de outras pessoas que são portadoras de necessidades especiais. Porém, é necessário um elevador, por várias razões, pois, nem sempre, um cadeirante está acompanhado de alguém. Há, ainda, pessoas de terceira idade, que precisam ir à parte administrativa ou a algum dos setores em um desses dois mezaninos e, para isso, têm que usar a rampa com muita dificuldade.

Como questão de pesquisa, tem-se: O Espaço Cultural José Lins do Rego, como um lugar de informação e de cultura, tem acessibilidade e dispõe de recursos e serviços destinados às pessoas deficientes?

A fim de responder a essa questão, o presente artigo objetiva verificar a acessibilidade da FUNESC nos aspectos físicos com base na lista de condições de acessibilidade da Comissão de Acessibilidade do CREA-SC;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a questão da acessibilidade, no âmbito da FUNESC, pretendemos, neste estudo, observar como as pessoas com deficiência estão sendo atendidas na referida unidade, como um ambiente de informação, em suas várias ramificações. Abordamos, aqui, a questão da deficiência física e mobilidade reduzida, como preconiza o Decreto Federal 3.956 (BRASIL, 2001), Artigo I 1: “Deficiência” como provavelmente se pensa só no cadeirante mas significa “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que

limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.”

O Decreto Federal 3.298 (BRASIL, 1999), em seu Artigo 3º, considera:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

A NBR 9050 define a acessibilidade como uma possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. (ABNT, 2015, p. 2)

Muitos estudos têm sido feitos sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mas ainda há muito que se conquistar esse trabalhar mais essa temática, uma vez que, não raras vezes, ainda há certo preconceito contra essas pessoas, discriminação e exclusão. No que diz respeito às vagas para cadeirantes, existem alguns setores que atendem a pessoas com deficiência auditiva, não para atender a um público que necessita, mas porque a lei garante. É como se os ambientes disponibilizassem esse direito, porque são obrigados. Houve muitas conquistas no decorrer dos anos, mas ainda é necessário avançar muito mais.

2.1 Deficiência

A NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 3) considera a deficiência como a “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.” É possível observar que já houve bastantes conquistas, embora ainda se tenha muito preconceito, ou seja, a exclusão de pessoas com algum tipo de deficiência. É comum vermos pessoas com alguma dificuldade de locomoção ser consideradas incapazes e olhadas com piedade. Essa postura deve ser mudada. O fato de essas pessoas precisarem de um atendimento prioritário devido a alguma deficiência não quer dizer que sejam incapazes.

2.1.1 Características que definem pessoas com deficiência

Paula e Carvalho (2009, p. 65) dizem que, “antes de caracterizar as pessoas com deficiência e a acessibilidade, é oportuno traçar um panorama histórico do problema.”

O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária:

- deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;
- deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis;

- deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200, campo visual inferior a 20;
- deficiência mental – funcionamento intelectual inferior à média com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais e outras;
- deficiência múltipla – é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física) com comprometimento que acarreta consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa. (BRASIL, 2004)

O Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), apresenta as características dos indivíduos com algum tipo de deficiência, mostradas no quadro 1.

Quadro 1 – Características que definem pessoas com algum tipo de deficiência

TIPO DE DEFICIÊNCIA	CARACTERÍSTICAS
Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não causam dificuldades para o desempenho das funções.
Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor do que 0,05 no melhor olho, com correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos em que a somatória da medida do campo visual, em ambos os olhos, seja igual ou menor do que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas,

	lazer e trabalho.
Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências e pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Ainda se aplica as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.

Fonte: Elaborado por nós, com base nas informações do Decreto nº 5.296/2004.

As definições apresentadas no quadro 1 servem de base para as observações e para se compreenderem as limitações dos usuários da FUNESC como unidade de informação e de cultura.

2.2 Acessibilidade

Baseando-se nessa afirmativa, verificamos também que, apesar de todos esses avanços tecnológicos e de o termo acessibilidade vir sendo discutido e trabalhado desde a década de 40, até os dias atuais, ainda é pouco abordado e acontecem muitas situações de desrespeito, no que se refere à acessibilidade nos setores públicos e nos privados. Por essa razão, os profissionais da Informação devem se empenhar bem mais em estudar essa problemática, para que possamos inserir todas as pessoas que tenham alguma deficiência ou dificuldade de locomoção no cenário cultural e no âmbito da informação.

Segundo Pereira (2013, p. 19), “é necessário incluir de fato essas pessoas nos ambientes que frequentam, permitindo-lhes acesso e autonomia ao que necessitam [...] oferecendo serviços e atendimento adequado à suas necessidades”. Com tudo o que se vê acerca das conquistas, ainda há muitas dificuldades, porquanto muitas pessoas, em algumas circunstâncias, são impedidas de acessar alguns ambientes, porque o espaço desejado não oferece infraestrutura

adequada para pessoas com essas necessidades ou dificuldades de locomoção. Pupo e Martins (2014, p. 24) dizem que “isso nos leva a refletir sobre a importância da inclusão de todos, indistintamente, nos diversos ambientes socioculturais e educacionais, esportivos e de lazer que compõem as cidades, em seus estados e países, nos continentes do planeta”.

2.2.1 Acessibilidade arquitetônica

A NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 2) preconiza que a área de aproximação - espaço sem obstáculos - atenda às necessidades das pessoas que utilizam cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança.

2.2.2 Barreiras de locomoção

No âmbito das barreiras arquitetônicas, observamos como as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida estão conseguindo ter acesso a determinados locais, como, por exemplo, se as portas e os corrimãos estão de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015). Vimos que a altura está adequada, porém, não há sinalização tátil, como recomenda a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 45). Assim como em outros setores públicos ou privados, essas

barreiras são bem definidas na Lei 10.098 (BRASIL, 2000), no Artigo 2º, inciso II:

II – Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

Segundo afirmação de Melo et al. (2014, p. 46), “os usuários com NEE têm o direito de acesso à informação”. Apesar de estar em número menor, essa clientela com perfil informacional diferenciado não deve ser ignorada no processo de atendimento e de acesso a materiais informacionais.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória descritiva, com abordagem qualitativa. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, analisou-se o Espaço Cultural José Lins do Rego com base na lista de verificação de acessibilidade da Comissão de Acessibilidade do CREA-SC, norma 9050/2015 (ABNT, 2015) e a cartilha de acessibilidade do CREA-SC. Nesse sentido, foram conferidos os seguintes itens:

- a) localização em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga;
- b) existência de assento para acompanhantes;
- c) garantia de conforto, segurança, boa visibilidade e boa acústica;
- d) instalação em local de piso plano horizontal;
- e) identificação por sinalização no local e na bilheteria;
- f) instalação ao lado de cadeiras removíveis e articuladas para ampliar a área de uso por acompanhantes ou outros usuários (P.C.R. ou P.M.R.)¹

Feito esse levantamento, procedeu-se a uma análise da preparação dos profissionais desses setores e da dificuldade que enfrentam no atendimento.

3.1 Instrumento da pesquisa

A pesquisa foi realizada com a aplicação de *check list*, baseado na lista de verificação de acessibilidade apresentada na cartilha de implementação do Decreto 5.296/2004 da Comissão de Acessibilidade do CREA-SC. Pretendeu-se verificar se os espaços físicos da FUNESC atendem às exigências do citado Decreto. Foram adotadas também a observação e a medição dos espaços para comparar com as medidas apresentadas na norma 9050/2015 e na cartilha de implementação do Decreto 5.296/2004.

3.2 Ambiente da pesquisa: FUNESC

¹ Em edifícios existentes, os espaços para PCR e os assentos para PMR podem ser agrupados quando for impraticável a sua distribuição por todo o recinto. Sempre que possível, os espaços devem ser projetados de forma a acomodar PPD com, no mínimo, um acompanhante.

O Espaço Cultural José Lins do Rego foi inaugurado no dia 13 de abril de 1982, na primeira gestão (1979-1983) do governador Tarcísio de Miranda Burity. É um dos maiores espaços de arte, cultura e lazer da Paraíba, uma obra multidimensional projetada pelo arquiteto Sérgio Bernardes, com 53.580 m² de área coberta, que abriga uma série de setores culturais e prestação de serviços. Seu objetivo é de expandir a arte paraibana, oferecendo atrações, cursos e atividades artístico-culturais e educacionais. Localizado no Bairro de Tambauzinho, em João Pessoa, na Rua Abdias Gomes de Almeida, nº. 800, integra a Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), criada pela lei estadual número 4.135, do dia 4 de dezembro de 1981.

O Espaço Cultural é constituído dos seguintes setores: Museu José Lins do Rego, Praça do Povo, Teatro Paulo Pontes, Cine Banguê, Galeria Archidy Picado, Biblioteca Juarez da Gama Batista, Arquivo Histórico, Teatro de Arena, Planetário, Biblioteca Infantil, Escola de Dança, Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira, Estação Ciência e auditórios. O bloco de música é composto pela Sala de Concertos Maestro José Siqueira, a Escola de Música Anthenor Navarro e a Escola Especial de Música Juarez Johnson. Nas áreas laterais da Praça do Povo, funcionam os boxes que compõem o shopping cultural da Funesc. São stands de artesanato, artigos de arte e prestação de serviços, como bancos, agência dos Correios etc.

Em janeiro de 2013, o governo do estado da Paraíba, na gestão do governador Ricardo Coutinho, deu início à primeira grande reforma do Espaço Cultural José Lins do Rego. Todos os

setores foram reformados, entre eles, a Praça do Povo, ambiente onde acontecem os eventos, e que tem uma capacidade de aglomerar, aproximadamente, 15 mil pessoas.

A FUNESC também dispõe de um amplo estacionamento, com 12 vagas para cadeirantes, todas bem sinalizadas, e cujas medições atendem à NBR 9050 da (ABNT, 2015). Isso dá mais comodidade às pessoas que ali trabalham ou frequentam para usufruir das opções de lazer e de cultura.

3.2.1 Espaço físico da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista

A Biblioteca Juarez da Gama Batista atua como uma instituição popular e democrática de educação, cultura, informação e conhecimento. Localiza-se em um amplo espaço dotado de cabines individuais e para pequenos grupos. Hoje é a maior Biblioteca pública da Paraíba, com um acervo de quase 100 mil obras. Mensalmente, recebe cerca de três mil pessoas e é visitada por alunos de Escolas da Rede Pública e seus professores, a fim de incentivar a leitura e mostrar-lhes a importância de uma unidade de informação.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à acessibilidade, é preciso disponibilizar os meios necessários para os usuários que necessitam desse serviço e desse ambiente.

3.2.2 Espaço físico do Teatro Paulo Pontes

O Teatro Paulo Pontes é uma das mais requisitadas casas de espetáculo da Paraíba. Funciona diariamente, atendendo à procura de produtores locais e nacionais. O espaço recebe espetáculos de

teatro, dança e música e ocupa uma área de 1.075 metros quadrados. Dispõe de 755 lugares, mais 14 espaços para cadeirantes, duas cadeiras específicas para acompanhantes e seis cadeiras para obesos.

3.2.3 Espaço físico do Cinema Banguê

O cinema é um local de fácil acesso, porque, depois da grande reforma do Espaço Cultural, passou a funcionar no térreo, onde outrora funcionava a Sala de Concertos Maestro José Siqueira. Esse espaço é um dos mais disputados do Estado e é utilizado para diversos eventos, principalmente para os ensaios e os concertos da Orquestra Sinfônica da Paraíba.

O **Espaço Cine Digital** exibe uma programação focada em filmes independentes e fora do circuito comercial, curtas e longas-metragens nacionais e estrangeiros. É equipada com uma estrutura de projeção no formato DVD, tem capacidade para 90 pessoas e três lugares reservados para cadeirantes.

3.2.4 Espaço físico do Teatro de Arena

Embora conhecido apenas como Teatro de Arena, o espaço situado na lateral oeste do Espaço Cultural José Lins do Rego (por trás do Planetário) é denominado de Teatro Leonardo Nóbrega, em homenagem ao teatrólogo paraibano que faleceu em 1997. Funciona com perfeito sistema acústico, graças às 56 placas acústicas (32 laterais e 24 centrais), que são móveis para que possam ser deslocadas até se atingir a otimização do som.

O teatro tem formato retangular, com área de 689m² e capacidade para 1.000

pessoas, em arquibancadas de cimento com cadeiras.

O Teatro de Arena Leonardo Nóbrega abriga espetáculos teatrais, de música e de dança. Como seu formato possibilita a aproximação do artista com o público, é ideal para apresentações que requerem mais interatividade. As pautas são marcadas através da Diretoria de Eventos, que fica no Setor Administrativo localizado no Mezanino 1.

3.2.5 Espaço físico do Planetário

Por meio de projeções e linguagem acessível ao público infantil e ao adulto, o visitante conhece o universo do nosso sistema solar. O Planetário é formado por uma cúpula de 12,5 metros de diâmetro, com capacidade para projetar um céu com seis mil estrelas, os movimentos da terra, ou mesmo uma viagem à Lua.

3.2.6 Espaço físico da Escola de Música Anthenor Navarro

A Escola de Música Anthenor Navarro é uma referência e tradição no campo do ensino da música clássica. Foi fundada em 1931 pelo maestro paraibano, Gazzi de Sá (1901-1981), no edifício Presidente João Pessoa², no centro da Capital paraibana. Nessa época, chamava-se Instituto Superior de Educação Musical e era uma escola particular de nível universitário. Como era a única escola de música do Estado, o interventor (como era denominado o governador no período da Revolução de 1930) Anthenor de França Navarro, que gostava de música clássica, saía do Palácio da Redenção todas as tardes e ia para a escola - ou o chamado

² Popularmente conhecido como "18 andares".

conservatório - para ouvir a música dos alunos do maestro Gazzzi de Sá.

Em 1952, o instituto foi integrado ao Governo do Estado e passou a se chamar Escola de Música Anthenor Navarro, em homenagem ao interventor do Estado falecido no dia 26 de abril de 1932, em um acidente de avião. Em 1983, quando a Funesc era presidida pela Professora Giselda Navarro Dutra, a Escola de Música Anthenor Navarro instalou-se no Espaço Cultural José Lins do Rego com o nome de Instituto Superior de Educação Musical Escola de Música Anthenor Navarro, onde funciona até hoje.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

As calçadas do Espaço Cultural não são rebaixadas, conforme determina a NBR 9050 (ABNT, 2015, p.81), e embora não sejam tão altas, elas são praticamente rentes ao asfalto. No estacionamento, onde há vagas para cadeirantes e pessoas idosas, as calçadas são rebaixadas, e as medidas da sinalização das vagas estão dentro do padrão.

Todas as maçanetas da Fundação medem entre 0,90 m e 1,10 m, ou seja, dentro do estabelecido, que é entre 0,80 m e 1,10 m. Além disso, há sinalização de emergência e informativa, porém não há sinalização tátil, linha ou piso tátil, o que seria de grande utilidade. Toda a sinalização existente está instalada de forma permanente.

Por meio de uma Lista de Verificação de Acessibilidade, constatamos que as calçadas da FUNESC têm largura adequada, bem acima de 1,20 m, por onde os cadeirantes podem transitar junto de uma pessoa em pé. Todavia, algumas das necessidades não são atendidas, por exemplo: o piso não tem revestimento

antiderrapante, apesar de ter uma superfície regular contínua e que não provoca muita trepidação, e não há um piso tátil com uma linha guia para deficientes visuais.

Não há tantos obstáculos, no piso das calçadas, tampouco no aéreo. Os veículos se acomodam de duas formas: no amplo estacionamento que há na Fundação e nas mediações das laterais, que não são adaptadas para receber pessoas portadoras de necessidades especiais. Na faixa de pedestre que existe em frente ao prédio, o piso da calçada não é rebaixado, porém, a calçada não é tão alta nas entradas, mas muito alta nas laterais, gerando assim um grande obstáculo para cadeirantes e pessoas com outras necessidades.

No estacionamento, há vagas reservadas e acessíveis, com sinalizações que obedecem à NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 82), ou seja, com comprimento de, no mínimo, 1,20 m, e rebaixamento para ligar as vagas à calçada. Essas vagas são devidamente sinalizadas, pintadas no piso de amarelo, na lateral, e demarcadas com linha contínua na cor branca.

4.1 Circulação interna e externa

Quanto à via pública, o percurso que une a edificação não é totalmente acessível, principalmente para pessoas com deficiência visual. O acesso no interior da edificação está livre de barreiras arquitetônicas que impeçam ou dificultem a acessibilidade. No Espaço Cultural, não existe elevador, portanto, o acesso ao primeiro piso é feito através de quatro rampas, que são muito inclinadas, o que gera desconforto para cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida. Muitos serviços são oferecidos no piso térreo, o que facilita o acesso. Quanto aos banheiros, a maior parte fica

no subsolo; em todos eles, há, pelo menos, um box adaptado, mas a acesso também acontece através de uma rampa, que liga o térreo a esse subsolo, o que dificulta o acesso.

Na circulação externa, o piso não é revestido nem antiderrapante, contudo, há espaço suficiente para um cadeirante e uma pessoa circular; as grelhas e as juntas de dilatação estão fora do fluxo principal, mas, em alguns lugares, como, por exemplo, a entrada da Biblioteca, existe uma logo no início da rampa, que está em desacordo com o que estabelece a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 56): “Os vãos dessas grelhas devem dimensão máxima de 15 mm, que devem ser instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou ter vãos de formato quadriculado/circular”.

Onde há escadas maiores que 1,50 m, também há rampas, mas não, equipamento eletromecânico. Só existem capachos embutidos no acesso aos banheiros; nas zonas de circulação, há coletores, lixeiras, telefones públicos, extintores, entre outros, mas não impedem a circulação. Quanto às placas de sinalização suspensas, estão a uma altura mínima de 2,10m, conforme a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 33), mas não há piso tátil sob o mobiliário suspenso.

Na circulação interna, a largura dos corredores está dentro do padrão da NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 68), ou seja, até 4m; a largura mínima é de 0,90m, e para corredores de 4 m a 10m, a largura mínima é de 1,50 m; o piso desses corredores não é revestido com material não escorregadio, e os degraus têm mais de 1,50 m.

As portas têm vão livre e 0.80m, com maçanetas tipo alavancas, padronizadas conforme a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 22); largura mínima de 1,50m e 1,20m do

lado contrário da abertura. Também dispõe de espaço mínimo de 0,60m lateral das portas, o que possibilita a aproximação da maçaneta.

Não há circulação vertical (elevadores/plataforma) quanto às rampas, que têm largura mínima de 1,20 m, mas não têm piso revestido, e sua inclinação está acima do estabelecido pela NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 59), porém as laterais são protegidas por paredes, guarda-corpo e corrimãos.

Nas poucas escadas que existem na Fundação, a largura atende ao que estabelece a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 62), que é d, no mínimo, 1,20 m, no entanto não tem piso antiderrapante, mas dispõe de corrimãos de ambos os lados. Nos sanitários adaptados, tanto os que atendem à Praça do Povo (térreo) quanto os da área do primeiro piso, há, pelo menos, um box acessível, com espaços de 1,50m que facilitam a rotação de até 380° de pessoas em cadeira de rodas. Em algumas portas, cujo vão é de, no mínimo, 0,80 m, há barras horizontais que facilitam o fechamento, mas, no interior dos boxes, há barras de apoio cujo comprimento mínimo é de 0,80 m e posicionadas horizontalmente a 0,75 m de altura, e outra posicionada verticalmente, com comprimento mínimo de 0,70 m, 0,10 m acima da barra horizontal. Elas são acessíveis e os lavatórios, sem colunas, têm altura de 0,78 m a 0,80m, conforme a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 87).

No decorrer do estudo, foi observado que na FUNESC, mais precisamente nos diversos setores, há opções de acessibilidades nos diversos setores, mas muita coisa ainda deve ser mudada, como, por exemplo, a Biblioteca Juarez da Gama Batista, que funciona no subsolo da Fundação, uma vez que, há uma rampa de

acesso a referida Biblioteca, sendo que esse acesso é muito íngreme sem contar com uns obstáculos que há na Própria Rampa:

Foi possível observar que as opções de acessibilidade nessa Fundação são praticamente as mais simples possíveis e visam atender apenas a pessoas com mobilidade reduzida (PMO) e a pessoas em cadeira de rodas (PCR). Na área externa, deveria haver opções para pessoas com outras necessidades, como as portadoras de deficiência visual.

Outro aspecto importante observado na pesquisa diz respeito às vagas para cadeirantes no estacionamento, pois o piso externo, rente com o piso interno, facilita muito a vida de pessoas com alguma necessidade, mais precisamente, os cadeirantes. De acordo com o que foi observado na pesquisa, é preciso mais atenção com a deficiência visual, pelo fato de não haver sinalização tátil nem visual nas áreas externas e internas da Funesc, como determina a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 48). Essa sinalização seria muito útil para os usuários que pretendem usar qualquer um dos setores da FUNESC, tanto os que funcionam na área do subsolo, como a Biblioteca, quanto os que funcionam no térreo e na parte superior dos Mezaninos. Convém enfatizar que a FUNESC não dispõe de elevadores para as pessoas poderem chegar à área superior. Dentre os setores que ali funcionam, destacam-se o Teatro Paulo Pontes e a Escola de Música Antenor Navarro. Portanto, essa sinalização seria de grande utilidade para quem necessita dela.

Outro assunto que não pode deixar de ser pontuado é a questão das rampas, que dão acesso aos mezaninos e aos setores da Administração da FUNESC, porquanto dificilmente um cadeirante conseguirá

subir ou descer sem que esteja com um acompanhante, devido à grande inclinação das rampas, embora sejam bem largas, com corrimãos próprios, numa altura bem adequada para tais situações, mas que, possivelmente, traria constrangimentos e desconfortos para pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida que queiram adentrar esses espaços.

Quanto à Biblioteca, ao Planetário e aos banheiros, que atendem à Praça do Povo, por exemplo, também ficam no subsolo, e algumas adaptações básicas estão de acordo com o que se almeja. Em relação ao acesso a esse subsolo, há uma grelha no fluxo principal, mas atende às medidas determinadas pela NBR 9050 (ABNT, 2015 p. 56) e não oferece riscos ao acesso de cadeirantes.

Nos espaços internos da FUNESC existem vagas para cadeirantes, o estudo procurou verificar se estão dentro das normas. Nossa intenção foi de fazer esse levantamento, mas também de saber se pessoas com outro tipo de necessidade especial também estão sendo atendidas. Constatamos, ainda, nos primeiros momentos do levantamento, que a Biblioteca funciona no subsolo, e o acesso a ela também é feito através de uma rampa. Na parte interior, há um setor de Braille, mas aí surgiu esta dúvida: existem profissionais preparados para atender a esse público e a pessoas com deficiência auditiva, entre outras?

No que diz respeito ao potencial dos profissionais que trabalham na FUNESC, não deixa a desejar, porquanto desempenham suas funções para atender ao público com muito esmero. Porém, ainda são necessários profissionais capacitados para atender à demanda de pessoas portadoras de deficiência auditiva e que precisam usar a Biblioteca e outros

setores, além de algumas sinalizações para atender aos usuários com deficiência visual e de alguém que os atenda usando a linguagem de sinais (LIBRAS), assim como das opções em BRAILLE. Mas, segundo o que foi observado no decorrer da pesquisa, a demanda de pessoas com essas necessidades não é tão numerosa o quanto parece, eles, praticamente, usam aquele espaço para estudar com materiais próprios e para estudar, sem precisar consultar o acervo, e quando precisam de informações básicas, os profissionais da Biblioteca os atendem de forma satisfatória.

Os banheiros que atendem ao público da Biblioteca são os mesmos que atendem à Praça do Povo e, conforme recomenda a NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 53), precisam de algumas adaptações, porquanto não têm chuveiros nem vestiários, apenas as necessidades básicas. Quanto às exigências de instalações sonoras, não há o alarme de emergência, mas as barras de apoio que ficam perto da bacia sanitária estão dentro da normalidade, com suas respectivas medidas e a altura adequada para os lavatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referido, esta pesquisa trouxe uma análise sobre a Fundação Espaço Cultural (FUNESC) em relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, e às adaptações que foram feitas em sua infraestrutura, para facilitar o acesso dessas pessoas aos vários setores dessa instituição. Para isso, recorreremos às teorias de outros autores que também abordaram essa temática e fizemos uma pesquisa documental e bibliográfica, para buscar em outras

teorias já vivenciadas e abordadas em pesquisas anteriores mais subsídios.

Assim, a pesquisa revelou que os diversos Setores da FUNESC são, em parte, acessíveis, embora tenha havido outras conquistas que se esperam para melhorar ainda mais a acessibilidade em todos os setores. Como essa Fundação é o nosso local de trabalho, isso facilitou a visita a todos os setores citados, onde pudemos observar que o público que frequenta esse espaço o faz mais em época de grandes eventos. Assim, chegamos a tais relatos com a observância do dia a dia que contribui para que a Fundação, mesmo com a ausência de algumas opções de acessibilidade, como por exemplo, uma que atendesse também às pessoas com deficiência visual. Mesmo assim, os inúmeros espaços, já com algumas opções de acessibilidade, dão conta da demanda de frequentadores que necessitam desses serviços, como, por exemplo, a Biblioteca Juarez da Gama Batista, durante a semana, é um dos ambientes mais visitados dessa instituição, porém, dos frequentadores, são poucos os que precisam de atendimento diferenciado, no que diz respeito à questão da acessibilidade.

Com esse estudo pretendeu-se contribuir para melhorar a acessibilidade nos vários espaços da Funesc. Depois da última reforma pela qual passou, podemos afirmar que uma parte considerável de adaptações está de acordo com a NBR 9050 (ABNT 2015), o que podemos considerar uma grande conquista. Entretanto, constatamos, também, que o acesso ao subsolo e ao primeiro piso só é possível através de rampas, cuja inclinação é bem acima do padrão. Esse é um dos obstáculos para pessoas que necessitam desses espaços, mas que têm suas limitações, como cadeirantes e

obesos, por exemplo. Essa dificuldade gera certo constrangimento, porquanto esses cidadãos precisam da ajuda de terceiros.

Para coletar os dados, teve-se o apoio da FUNESC, uma vez que foi feita uma comparação entre alguns setores e a Norma da ABNT, uma espécie de levantamento sobre como esses espaços estão preparados e o que precisam para melhorar. O que facilitou esse levantamento foi o interesse dos Diretores, que desejam que a acessibilidade seja melhorada. Então, com a devida autorização em mãos, procedeu-se à coleta dos dados, na perspectiva de melhorar a vida de todos os que frequentam essa instituição - aqueles que necessitam de ambientes adaptados com ótimas opções de acesso e uso.

Espera-se que, considerando os resultados obtidos neste trabalho, a instituição possa, melhorar os serviços de acessibilidades, dando ênfase a todas as necessidades. Diante do exposto, entende-se que o acesso deve ser melhorado em alguns setores, porque, como mencionado nos resultados desta pesquisa, a Biblioteca, com seu mobiliário, está, de certa forma, oferecendo acesso e uso para esse público, embora uma das coisas a serem pontuadas seja sua localização, que fica no subsolo, e o acesso só é possível pela rampa, que dificulta sobremaneira a vida de quem precisa ir até esse rico ambiente de informação. O mesmo acontece com o Planetário e com outros setores, como a Escola de Música

Antenor Navarro e o Teatro Paulo Pontes, apesar de este último ter a vantagem de a inclinação da plateia dar para as saídas de emergência, que vão ao encontro da praça do povo, ou seja, a entrada principal dessa casa de espetáculo fica no primeiro piso, mas se favorece por essa inclinação, e o ambiente se torna totalmente acessível. Para os demais setores do primeiro piso e do subsolo, o ideal seria a instalação de elevadores, esteiras rolantes ou que a instituição disponibilizasse cadeiras motorizadas para transportar esses cidadãos para os setores desejados, além de instrumentos que possam atender à demanda de deficientes visuais que precisem de alguns desses serviços.

Dos setores que funcionam na FUNESC, um dos que não apresenta queixas é o Teatro de Arena, por funcionar no térreo, razão por que não há dificuldades de acesso a esse local, já que fica perto da praça do povo, e os usuários se sentem tranquilos quando precisam ir lá.

Neste estudo, foram expostos os desafios que a FUNESC tem enfrentado ao longo dessas três décadas de existência. Essa é uma instituição jovem, que começou já com uma estrutura gigantesca e que, inicialmente, não tinha a demanda que há na atualidade sobre a acessibilidade. Assim, por todos os aspectos que foram aqui abordados, almeja-se contribuir para que o acesso a esse espaço tão importante de cultura e de lazer possa ser melhorado significativamente.

**ACCESSIBILITY IN CULTURE AND INFORMATION UNITIES: A STUDY AT
FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA (FUNESC)**

Abstract

This study evaluates the accessibility at Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC) considering the adaptation made on the infrastructure of its many sectors to attend people with special needs. It analyses the accessibility options that are available in the physical spaces of FUNESC to users with some deficiency and investigates if the standardization of sectors follows the Norm 9050 of ABNT and the Law 5.226/2004. It also aims to verify the accessibility of FUNESC in the physical spaces based on the condition list of accessibility from the Accessibility Commission of CREA-SC. This is a descriptive-exploratory research, with a qualitative approach. The procedure observes the progress made on the range of accessibility and presents the step by step of some sectors of the referred Foundation, what is offered about the access to the main culture and information environments and the adaptations to receive people with special needs. As a theoretical approach, it presents the concept of deficiency and the characteristics of people with some limitation. The study highlights that in the context of rights of people who need these adaptations, there is still a lot to be gained. It finds that the institution still presents some barriers that difficult the accessibility. It also proposes some necessary changes to improve the accessibility and emphasizes the importance of the results, in relation to the already adapted sectors and to the improvements that are desired about the accessibility at FUNESC.

Keywords: Accessibility. Cultural Environment. Fundação Espaço Cultural – FUNESC – João Pessoa/PB. Informational unity.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:**
acessibilidade a edificações, mobiliário,
espaços e equipamentos urbanos. 3. ed.
Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 15599:** acessibilidade –
comunicação na prestação de serviços.
Rio de Janeiro, 2008. Disponível em
<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/ur/share/documents/ABNTNBR15599_2008Ed1.pdf> Acesso em 29 de maio de 2015

BRASIL. **Constituição da República
Federativa do Brasil:** promulgada em 5
de outubro de 1988. Organização do
texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São
Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série
Legislação Brasileira).

_____. **Decreto n. 5296 de 2 de
dezembro de 2004.** Disponível em:
<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>
Acesso em 22 de maio de 2015.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm> Acesso em: 31 de maio de 2015.

_____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde - institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> . Acesso em: 31 de maio de 2015.

_____. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm . Acesso em: 31 de maio de 2015.

_____. Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm . Acesso em: 31 de maio de 2015.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm . Acesso em: 01 de junho de 2015.

MELO, F. R. L. V. et al. Experiências em acessibilidade e inclusão na UFRN: o laboratório de acessibilidade da Biblioteca Zila Mamede. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 3, n. 1, p. 43-67, jan./jun. 2014.

PAULA, S. N.; CARVALHO, J. O. F. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.64-79, set./dez., 2009.

PEREIRA, G. M. **Acessibilidade em bibliotecas universitárias**: aplicação do checklist na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2013. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2013.

PUPO, D. T.; MARTINS, V. S. G.
Construção de parâmetros para
implantação de bibliotecas acessíveis.
Gestão & Conexões, Vitória, v. 3, n. 1, p.
23-42, jan./jun. 2014.

SASSAKI, R. K. **O conceito de
acessibilidade**. Rio de Janeiro: MAQ,
2006. Disponível em:
[http://www.bengalalegal.com/romeusassa
ki#301](http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#301) . Acesso em: 07 maio 2015.

SEMMER, J. P. (Coord.).
Acessibilidade: Cartilha de orientação e

implementação do Decreto nº 5.296/2004.
Florianópolis: CREA-SC. Disponível em:
[file:///D:/meus%20documentos/Download
s/cartilha-acessibilidade-final-
web%20\(1\).pdf](file:///D:/meus%20documentos/Downloads/cartilha-acessibilidade-final-web%20(1).pdf) . Acesso em: 07 maio
2015.

SILVA, R. L.; DE LA RUE, L. A. A
acessibilidade nos sites do Poder
Executivo estadual à luz dos direitos
fundamentais das pessoas com
deficiência. **Revista de Administração
Pública**. Rio de Janeiro, v.49, n.2, p.315-
336, mar./abr. 2015.